CONSEQÜÊNCIAS DO CONFLITO ENTRE HONDURAS E EL SALVADOR

ALFREDO BRUNO BOLOGNA

O conflito bélico entre dois países latino-americanos foi um acontecimento que pôs à prova todo o sistema interamericano de segurança. Quando tropas da República de El Salvador atacaram o território hondurenho, em 14 de julho de 1969 às 17h, houve surpresa não só na área centro-americana, como também, em princípio, na Organização dos Estados Americanos.

Nos primeiros dois dias, El Salvador conquistou 1.600km² de território hondurenho.

Em 15 de julho o Conselho da OEA, atuando como Órgão de Consulta, resolveu instar os governos a suspender as hostilidades, a fazer voltarem as coisas ao estado em que se encontravam, com autoridade, e tomar as medidas necessárias para restabelecer a paz e a segurança interamericanas, e para solucionar pacificamente o conflito.

Esta resolução foi acatada por Honduras no dia 16 de julho.

O Conselho da OEA voltou a insistir no cessar-fogo, no dia 18 de julho.

A esta altura dos acontecimentos, a Comissão de Estudo e Pesquisa da OEA e a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos atuavam na zona. Depois do surpreendente avanço das tropas salvadorenhas, a situação se manteve estável.

Em 29 de julho de 1969 e ante a "pressão diplomática" de que se aplicariam sanções a El Salvador (art. 8º do Tiar), este país anunciou, às 14h, que retiraria suas tropas do território ocupado.

O saldo de vários milhares de mortos.

Neste artigo, vamos examinar três aspectos do conflito:

1. a guerra de 1969; 2. as conseqüências da guerra (1969-76); 3. guerra ou paz de 1976.[1]

1. *A guerra de 1969*

Não existe consenso por parte dos autores sobre quais foram as causas do conflito. Entre elas, citam-se:

[1] Resumo do livro *Conflicto Honduras-El Salvador (1969-1976)*. Buenos Aires, Editorial Tierra Nueva.

1.1 Falta de delimitação das fronteiras

A embaixada de Honduras no México declarou, por intermédio de seu encarregado de negócios, que a raiz do grave conflito... é a falta de delimitação das fronteiras entre os dois países.[2]

A extensão da fronteira entre Honduras e El Salvador é de 341km.

Para o governo de El Salvador, o problema dos limites é assunto secundário, já que jamais se preocupou em delimitar fronteiras com os países vizinhos, pois sabe que a extensa América Central será uma só nação.[3]

Segundo Gerstein, se bem que a falta de delimitação de fronteiras não tenha sido a causa direta do conflito, foi um fator de indubitável desequilíbrio, já que se verificaram 12 incidentes, entre maio de 1967 e junho de 1969.[4]

1.2 Núcleos de população

O presidente eleito de El Salvador, Cel. Arturo Armando Molina, observou que o problema com Honduras é de núcleo de população.[5]

Aqui convém destacar que a República de El Salvador é o menor país da América Central, com uma superfície de 20.935km² (inferior ao estado argentino de Tucumán). Tem uma população de 3.390.000 habitantes, que a coloca em segundo lugar em população depois da Guatemala. De acordo com estes dados, a densidade de El Salvador é de 161,7 habitantes/km², a mais alta da área.[6]

Por sua vez, Honduras tem uma superfície de 112.088km² (superior ao estado argentino de Neuquen), segundo país da área depois de Nicarágua. A população é de 2.495.000 habitantes, o que o torna o terceiro país da América Central em população, depois da Guatemala e El Salvador. A densidade, de acordo com estes dados, é de 22,3 habitantes/km². É a mais baixa da região, depois da Nicarágua (13,8).

No dia do início do conflito armado, havia em Honduras 219.619 salvadorenhos sem documentos, agrupados em 36 mil famílias camponesas, ocupando uma área de 293 mil hectares de terras.[7]

[2] Tenorio, J. Paulo. Crisis entre Honduras y El Salvador. II origen es una falta de delimitación de fronteras. *Boletín Diplomático*, México, abr. 1970. Apud: Arieh Gerstein, Jorge. El conflicto entre Honduras y El Salvador. Análisis de sus causas. *Foro Internacional*, México, p. 558, abr./jun. 1970.

[3] Arieh Gerstein, Jorge. op. cit. p. 560.

[4] Arieh Gerstein, Jorge. op. cit.

[5] Instituto de Cultura Hispánica, *Síntesis informativa iberoamericana 1972*. Madrid, 1974. p. 256.

[6] Instituto Interamericano de Estadística, *América en cifras 1970*. Washington, OEA, 1970. Situação demográfica, p. 3.

[7] Alonso, Esther & Slutzky, Daniel. La estructura agraria en El Salvador y Honduras: sus consecuencias sociales y el conflicto actual. In: *La Guerra inutil*. San José de Costa Rica, Editorial Universitaria Centroamericana, 1971. p. 297.

Em janeiro de 1969, havia expirado o Tratado de Migração existente entre os dois países. Segundo Carías, Honduras se nega a renová-lo enquanto não sejam dadas garantias necessárias para que se defina a fronteira entre os dois países.[8]

A situação dos salvadorenhos radicados em Honduras complica-se com a aplicação da lei da reforma agrária.

Em 1961, foi criado em Honduras o Instituto Nacional Agrário (INA) e, em 1962, foi promulgada a lei da reforma agrária. Esta lei não começou a ser aplicada até 1969.

O art. 68 da lei estabelece: "Têm capacidade para obter uma parcela de terra por dotação os camponeses que reúnam os seguintes requisitos: 1. Ser hondurenho de nascimento..."

A recuperação das terras ocupadas ilegalmente afetou tanto os nacionais quanto os estrangeiros, mas é evidente que os camponeses salvadorenhos foram os mais prejudicados.[9]

Até o mês de julho de 1969, cerca de 15 mil a 18 mil salvadorenhos haviam regressado a seu país de origem. Mas o que mais afetou estes últimos não foi o desalojamento, mas o tratado de que haviam sido objeto.

Segundo o Relatório Preliminar da Subcomissão dos Direitos Humanos, da OEA, o desalojamento dos emigrantes salvadorenhos sem documentos deu origem a perseguições e maus tratos a essa minoria.[10]

O problema demográfico do conflito ficou também claramente expresso na Resolução II, nº 7, da XIII Reunião de Consulta da OEA, que diz: "Solicitar aos órgãos, organismos e entidades internacionais, especialmente os do sistema interamericano, que cooperem com ambas as partes na solução de problemas demográficos e de desenvolvimento..."[11]

Segundo Alfred, é a primeira vez que uma organização internacional admite que problemas de população possam ser a causa de um conflito internacional. Além disso, o convênio prevê uma ação coordenada entre a OEA e outros organismos internacionais, a fim de combater os males do subdesenvolvimento e da distribuição desigual da população na área.[12]

Este critério coincidiria com a chamada teoria demográfica da guerra.[13]

Contestando as declarações de Arturo Armando Molina, presidente eleito de El Salvador, que havia manifestado ser o problema com Hondu-

[8] Carías, Marco V. Análisis sobre el conflicto entre Honduras y El Salvador. *Revista Mexicana de Sociología, México,* maio/jun. 1970. p. 552-97.

[9] Alonso, Esther & Slutzky, Daniel. op. cit. p. 293.

[10] Comisión Interamericana de Derechos Humanos. La situación en Honduras y El Salvador. *Revista Crónica de la OEA*. Washington, jul./set. 1969. p. 11.

[11] OEA. *Informe del Secretario General (1 jul. 1969/31 dez. 1970).* Washington, p. 8, 1970.

[12] Alfred, Richard. El sistema interamericano se enfrenta al problema de población forzado por el violento conflicto entre Honduras y El Salvador. Comunicado de la imprensa. Programas Internacionales de Población, *Population Reference Bureau.* Apud: Carías, Marco V. op. cit. p. 652.

[13] Bouthoul, Gastón. *La Guerre.* Paris, PUF, 1951. (Col. Que saisje, n. 577).

ras de núcleos de população, o presidente deste país, Ramón Ernesto Cruz, disse "Podemos assegurar que isso não é correto, porque o problema é eminentemente jurídico-territorial."[14]

1.3 Situação interna de El Salvador

Segundo Rivera, a oligarquia salvadorenha viu o perigo que significava acrescentar 100 mil desocupados aos já existentes, e viu na guerra a única maneira de sustar essa imigração, esgotados outros meios. Este é o fator desencadeante da invasão.[15]

A atual estrutura agrária de El Salvador não é propícia à absorção de mais mão-de-obra. Um estudo do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (Ciap) assinala que, até 1962, a indústria e os serviços por ela criados proporcionavam 8 mil novos empregos por ano, contra um aumento anual da oferta de mão-de-obra que pode ser estimada em mais de 20 mil pessoas.[16]

De acordo com o embaixador de Honduras no México, Cel. Armando Velazco Senato, El Salvador é a oligarquia mais fechada da América Latina, onde 17 famílias possuem a maior parte da terra lavrável, na qual milhares de salvadorenhos trabalham sem documentação nem direito algum.[17]

Carías afirma que quer-se fazer parecer que o problema salvadorenho não é a injusta distribuição de terras, a exploração e concentração da riqueza, mas a pressão demográfica.[18]

De acordo com Flores, o motivo fundamental da guerra provocada sem nenhuma justificativa por El Salvador é resolver seu problema político-econômico interno, agravado pela inexistência de uma reforma agrária que distribua eqüitativamente a terra e nela retenha uma população que, para satisfazer a suas necessidades vitais, se vê obrigada a vagar como párias por terras estranhas.[19]

A proteção às minorias no exterior e a apropriação de territórios por conquista eram as causas para que El Salvador retardasse uma revolução interna prestes a explodir.[20]

14 Instituto de Cultura Hispánica. op. cit.

15 Flores. Enrique. La OEA y el conflicto honduro-salvadoreño. *Revista de Derecho*, Tegucigalpa, p. 121, 1969.

16 Alonso, Esther & Slutzky, Daniel. op. cit. p. 253.

17 Honduras refuerza su frontera. Jornal *La Razón*, Buenos Aires, 26 jun. 1969. p. 2.

18 Carías, Marco V. op. cit. p. 561.

19 Flores, Enrique. op. cit. p. 121.

20 Velasquez Diaz, Max. Análisis de las resoluciones en el caso honduro-salvadoreño. *Revista de Derecho*, Tegucigalpa, p. 125, 1969.

1.4 Boicote industrial em Honduras

De acordo com Cesar A. Batres, presidente da Associação Nacional de Industriais (ANI), Honduras é o país de menor desenvolvimento industrial da América Central.[21]

No âmbito de seu comércio exterior, observa-se que somente 13,7% de suas exportações correspondem a produtos manufaturados, mas 96,3% de suas importações são provenientes desse setor. O primeiro lugar em importações de manufaturados corresponde aos EUA, com 48%, e o segundo a El Salvador, com 12% (1969).

Ademais, convém lembrar que 79,8% da produção industrial salvadorenha destinavam-se a Honduras, em 1969.

A 16 de janeiro de 1968, o governo hondurenho inicia uma campanha de apoio à indústria nacional. O Presidente Oswaldo Lopes Arellano, disse: "O governo da República... faz saber aos organismos e ao público consumidor... cumprindo disposições... que está proibida a compra de produtos manufaturados ao exterior, iguais ou semelhantes aos produzidos no país, salvo o disposto nos tratados especiais..."[22]

Esta campanha era apoiada pela revista *La Industria,* órgão oficial da ANI.

A campanha pelo boicote prosseguiu com anúncios na mencionada revista e em panfletos.

Segundo Waiselfisz, o boicote industrial, mais do que uma conseqüência, é uma das causas do conflito.[23]

1.5 Empresas estrangeiras radicadas em Honduras

Segundo Nunfio, a United Fruit Company tem muito a ganhar quando expulsa os salvadorenhos de suas plantações em Honduras, sem receberem altas indenizações depois de a terem servido por muitos anos.[24]

A UFC (hoje United Brands Company) e a Standard Fruit Company (hoje Castle & Cooke) produzem e exportam a banana de Honduras, que representa 50% das exportações do país. A mais importante é a UFC, que ocupa uma extensão de 28 mil acres (11.331 hectares).[25]

A United Fruit Company é acusada pelo governo de El Salvador de ser responsável pelo conflito.[26]

21 Waiselfisz, Jacobo. El comercio exterior, el mercado común y la industrialización en relación al conflicto. In: *La guerra inútil.* op. cit. p. 200.

22 Waiselfisz, Jacobo. op. cit. p. 201.

23 **Waiselfisz, Jacobo. op. cit. p. 204.**

24 Nunfio, Obdulio. Radiografía de la guerra del fútbol o de las cien horas. *Revista Mexicana de Sociología,* México, p. 683, maio/jun. 1970.

25 OEA. *Estudio sectorial sobre empresas transnacionales en América Latina. La industria bananera.* Washington, Secretaría Executiva para Asuntos Económicos y Sociales, 1975. p. 14.

26 Arieh Gerstein, Jorge. op. cit. p. 555.

Outra referência à empresa estrangeira radicada em Honduras e relacionada com o conflito é feita por Rivera. Em 1968, é firmado um convênio para construção de uma fábrica de papel. Este contrato foi confiado a um consórcio conhecido como Adela, no qual intervém como principal acionista uma empresa dos EUA. A empresa exploraria madeira e construiria uma fábrica de papel, que abasteceria todo o mercado centro-americano. O governo outorgou a essa empresa, em concessão, uma grande extensão de terra, no estado de Olancho; ao que parece, o contrato estabelece que o governo deve entregar suas terras livres, isto é, sem ocupantes, ou camponeses. Como justamente nesse estado há muitos salvadorenhos como *ocupantes*, esta concessão se relacionaria com a campanha de expulsão de salvadorenhos.[27]

Nunfio concorda com este critério ao dizer que uma das raízes do problema da expulsão e massacre de milhares de salvadorenhos é o fato de haverem sido entregues terras, no estado de Olancho, a uma companhia estrangeira para a exploração da indústria de papel.[28]

1.6 Partidas de futebol

Artigos de jornais e revistas caracterizam este conflito com a guerra do futebol.[29]

Pelas eliminatórias do grupo 13 para o campeonato mundial de futebol, a realizar-se no México em 1970, vão defrontar-se os selecionados de Honduras e El Salvador. Na primeira partida, realizada em Tegucigalpa, Honduras ganhou; na segunda, em San Salvador, venceu El Salvador.

No Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, citam-se episódios pouco gratos, no primeiro jogo, e atos de violência e ofensas ao símbolo nacional de Honduras, no segundo.

A partida de desempate realiza-se na cidade do México, em 27 de julho de 1969, ganhando nesta ocasião El Salvador.

Nessa data, o governo de El Salvador rompe suas relações diplomáticas com Honduras.

1.7 Subdesenvolvimento dos países

A XIII Reunião da Consulta da OEA emite uma declaração que diz em seus considerandos: "... é firme desejo e permanente preocupação

[27] Rivera, Luis Fuentes. El Conflicto Honduras-El Salvador. *La Guerra inútil*. op. cit. p. 328.

[28] Nunfio, Obdulio. op. cit. p. 669.

[29] Radiografía de la guerra del fútbol. op. cit.: A guerra começou num jogo de futebol. *Manchete*, Rio de Janeiro, p. 44, 2 ago. 1969; The football war and Central American Common Market. *International Affairs*, London, Oct. 1969; Detrás de um partido. *The Economist por América Latina*, London, 9 July 1969.

dos EUA intensificar as ações que permitam superar o subdesenvolvimento como causa subjacente destes conflitos..."

Na Resolução II, nº 7, da XIII Reunião de Consulta, também consta que as organizações internacionais devem cooperar com ambas as partes para a solução de seus problemas demográficos e de desenvolvimento.

Aberastury centraliza sua atenção nesta causa, quando diz: "O subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento político, juntamente com a dependência externa, podem identificar-se como as três 'forças-causas profundas' do conflito analisado".[30]

1.8 Conclusão

Acreditamos não ser possível encontrar uma causa única (determinante) para caracterizar este conflito. Observamos que todas se concatenaram para culminar com uma guerra.[31]

Talvez a raiz profunda deste conflito possa localizar-se no ano de 1839, quando se produziu o que um autor chama de absurdo desmembramento da América Central.[32]

A superfície total da América Central é de 531.859 km², superior à do Paraguai e inferior à do Chile. Nenhum país da área supera 150 mil km², podendo aplicar-se, neste caso, a teoria da viabilidade nacional expressa por Jaguaribe.

Segundo o mencionado autor, na América Latina existem países que não dispõem das condições de viabilidade necessárias ao pleno desenvolvimento como nações individuais, autônomas e independentes. Possuem território demasiadamente reduzido, com recursos naturais escassos e não-diversificados, áreas agrícolas insuficientes, e população pouco numerosa mas com altíssima taxa de habitantes por km².[33]

Cremos que os países centro-americanos podem classificar-se ou tipificar-se nesta categoria.

As tentativas de união, através da Organização dos Estados Centro-Americanos (Odeca) e do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), demonstraram não ser meios idôneos para alcançar o objetivo da unificação.

30 Aberastury, Marcelo. Análisis de un caso internacional. El conflicto entre El Salvador y Honduras. *Revista Estrategia*, Buenos Aires, (10):31, mar./abr. 1971). Com este critério também concordam, Bernucci, G.I. La guerra de la pobreza. *L'Osservatore Romano*, Cidade do Vaticano, n. 3, 22 feb. 1970, e Sciuto, Luis. Dos mil muertos en la cuenta de los próceres del hambre. *Clarín*, Buenos Aires, p. 12, jul. 1969.

31 A esta conclusão nos leva a análise realizada através da sociologia das relações internacionais. Bologna, Alfredo Bruno. Metodología para el estudio de las relaciones internacionales. *Revista Estrategia*, Buenos Aires, (34/35):85, maio/ago. 1975.

32 Huteau, Jean. *La transformación de América Latina*. Trad. Martin Seghers. Caracas, Tiempo Nuevo, 1970. p. 85.

33 Jaguaribe, Helio. *Desarrollo económico y desarrollo político*. 2. ed. Trad. Inés Saez. Buenos Aires, Eudeba, 1968. p. 95.

2. *Conseqüências do conflito* (1969-76)

Embora a OEA tenha tido êxito no término da guerra e devolução do território ocupado por El Salvador, ainda existem várias questões não-resolvidas que impedem a normalização das relações entre os dois países.

Não conseguiremos compreender o atual estado do conflito se não analisarmos fatos internos que sucedem nos dois países, neste período.[34]

Na ordem interna, a análise leva a ultrapassar o campo das instituições constitucionais para chegar às forças políticas reais: partidos políticos, grupos de pressão, regimes políticos, mudanças de governo, estruturas econômicas etc.[35]

2.1 Honduras

Durante o conflito, era presidente de Honduras o Gen. Oswaldo Lopes Arellano, que havia assumido em 1963, após depor o presidente Ramón Villeda Morales. Em 1965, Lopes Arellano (candidato a presidente pelo Partido Nacional) apresentou-se às eleições tendo sido eleito para o cargo até 1971.

Em 6 de julho de 1971, o Dr. Ramón Ernesto Cruz assume a presidência de Honduras, após sair vitorioso nas eleições de março, à frente do Partido Nacional (governamental).

Em 4 de dezembro de 1972, há um golpe de estado encabeçado pelo comandante das forças armadas, Gen. Oswaldo Lopez Arellano, que assume novamente a presidência da nação.

As causas deste golpe são atribuídas a: a) fracasso do pacto político firmado pelos partidos Nacional e Liberal, em 7 de janeiro de 1971; b) descontentamento do setor empresarial pelas reformas tributárias, que reduziram as franquias de 100 para 40%; c) programação da concentração camponesa de 4 de dezembro de 1972 (data do golpe), para solicitar aumentos de salários.

Em 22 de abril de 1975, dá-se outro golpe de Estado (23º) pelo qual é deposto o Gen. Oswaldo Lopez Arellano, e assume o Cel. Juan Alberto Melgar Castro.

As causas desta mudança são as seguintes: a) irredutível oposição da chamada tríplice aliança, Federação Nacional da Agricultura e Gado de Honduras (Fenagh), Conselho Hondurenho da Empresa Privada (Chep) e Associação Nacional de Industriais (ANI), às mudanças estruturais estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento, e à Lei da Reforma Agrária, de 14 de janeiro de 1975; b) nos últimos anos, desenvolvera-se um poderoso movimento camponês e existiam fortes organi-

[34] Salvo indicação em contrário, considera-se, nesta parte, a *Síntesis informativa iberoamericana* publicada pelo Centro de Documentación Iberoamericana del Instituto de Cultura Hispánica de Madrid, correspondente aos anos 1971, 1972, 1973 e 1974, e o *Resumen Mensual Iberoamericano*, de 1975.

[35] Trotobas, Luis. *Les Affaires étrangères*. Paris, PUF, 1959, p. 437.

zações, entre as quais, a Associação Nacional de Camponeses Hondurenhos e a União Nacional de Camponeses, de orientação cristã (AFP 26.12.72). Admite-se como causa do golpe a recusa do governo em aceitar a plena participação dos setores populares; c) o escândalo das bananas. A United Brands Company admitiu publicamente, em 9 de abril de 1975 (The Wall Street Journal), haver feito pagamentos em Honduras no valor de US$ 1.250 mil. Essa soma havia sido entregue a um funcionário do Governo de Honduras, a fim de diminuir o gravame de US$ 0-50 por caixa de banana exportada, estabelecido pelo governo em abril de 1974, em cumprimento aos acordos firmados nas reuniões da União de Países Exportadores de Bananas (Upeb). Atribuiu-se este suborno ao Presidente Lopes Arellano, que negou autorização à Comissão Investigadora para fiscalizar suas contas bancárias no exterior.[36]

Em julho de 1975, alteram-se as relações normais entre a Igreja e o Estado, por causa da luta entre os camponeses e o Exército, na zona de Juticalpa. Nestes combates perdem a vida quatro camponeses e um soldado, e são detidas várias pessoas dentre as quais 36 padres e freiras. Diante do desaparecimento de sacerdotes, a Igreja exige uma investigação, que dá conta da morte de 14 pessoas, entre as quais dois sacerdotes (um norte-americano e um colombiano).[37]

Em 15 de agosto de 1975, o chefe de Estado, Cel. Juan Alberto Melgar Castro, anuncia a anulação dos contratos e concessões das empresas bananeiras, que operam no país, colocando-as "sob a mesma condição jurídica das empresas hondurenhas, sujeitando-as à legislação de aplicação geral vigente para o desenvolvimento de todas as atividades produtivas". A nova política bananeira entrará em vigor a partir de 15 de setembro. Esta medida foi favoravelmente aceita pelos políticos de oposição ao governo. No dia 4 de dezembro, o cais e as instalações portuárias das companhias norte-americanas Standard Fruit e Tela Railroad (UBC) são entregues à nação hondurenha.

2.2 El Salvador

Durante o conflito exercia a presidência o Gen. Fidel Sanchez Hernandez, cujo mandato terminava em 1972.

Em 20 de fevereiro desse ano, convocam-se eleições saindo vitorioso o Cel. Arturo Armando Molina, do Partido Concentração Nacional (governamental). Os partidos de oposição acusam o Governo de fraude nas eleições. Também denuncia a fraude da Central Latino-Americana de Trabalhadores de Caracas.

Em 25 de março de 1972, produz-se um falido golpe de Estado, encabeçado pelo Cel. Benjamín Mejía.

[36] Honduras. Escándalo platanero y golpe de estado, Revista *Comercio Exterior*.
[37] El Celam se une a la denuncia de los obispos de Honduras por los asesinatos de Olancho. *Criterio*, Buenos Aires, p. 509, 11 set. 1975; e La tragedia de la tierra. *Visión*, Buenos Aires, p. 14. 15 ago. 1975.

A partir de 1971, o país viveu um clima de intranqüilidade, com greves e manifestações de professores, estudantes e operários. A Universidade de El Salvador permaneceu fechada por nove meses (19.7.72 a 2.4.73).

Em 1973, surge também no país a guerrilha urbana.[38]

A Igreja Católica demonstra sua preocupação pela situação social reinante. O documento elaborado em 11 de julho de 1975 pela Conferência Episcopal afirma que a causa principal da violência e insegurança reside na situação de injustiça em que vivem as grandes maiorias do país; isto impossibilita a muitos viver e desenvolver-se com a dignidade dos filhos de Deus...[39]

2.3 América Central

Conhecendo o panorama interno dos países em conflito, convém observar a situação global da área centro-americana, da qual fazem parte os dois países.

Neste terreno, temos que mencionar a Organização dos Estados Centro-Americanos (Odeca) e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA).

Com relação à Odeca, devemos dizer que o processo da unanimidade nas decisões de profundidade tolheram a ação do organismo, a partir de 1969. Desde então, começa-se a falar de uma reestruturação, a fim de lograr nova Carta.

Em 2 de julho de 1973, elimina-se a Secretaria-Geral, situada em San Salvador, ficando em seu lugar um escritório simbólico.

Quanto ao MCCA, devemos dizer que o conflito não só trouxe conseqüências para os países conflitantes, como também para os cinco membros do MCCA.[40]

O comércio entre os países do MCCA aumentou de US$ 258 milhões em 1968 para US$ 525 milhões em 1974, tendo decrescido somente nos anos de 1969, com uma taxa de —3,6, e em 1971, com uma taxa também negativa de —7,9. Isto significa que, exceto nesses dois anos, a taxa de crescimento foi favorável, chegando em 1974, a 35,2, a mais alta da década.

Por outro lado — e isto é importante para as finalidades de nosso trabalho — o comércio intra-regional diminuiu em relação ao comércio total da área. Depois do conflito, os países do MCCA diversificaram a origem e procedência de seus produtos. Desta maneira, o comércio entre

[38] Juego electoral y violencia. *Visión*, Buenos Aires, p. 10. 12 jan. 1974.

[39] Exhortación pastoral acerca de la situación de violencia en el país. *L'Osservatore Romano*. Cidade do Vaticano, p. 515. 9 nov. de 1975.

[40] Os dados sobre este assunto foram extraídos da obra do Instituto para la Integración de America Latina. *El proceso de integración en América Latina en 1975*. Buenos Aires, 1976.

os países, que era de 23,5% de seu comércio total em 1966-8, caiu para 18% em 1974.

Neste panorama geral do MCCA, interessa observar a posição dos dois países: Honduras e El Salvador.

No caso de Honduras, podem definir-se três etapas: a) o conflito bélico com El Salvador deixa como saldo o encerramento total do comércio entre os dois países; b) em 31 de dezembro de 1970, de acordo com o decreto nº 97, o governo de Honduras retira o país do MCCA. Este decreto faz referência aos aspectos fiscais, à posição deficitária do intercâmbio regional e aos aspectos da estrutura produtiva. O art. 3º do mesmo decreto autoriza o Poder Executivo a realizar negociações bilaterais de reciprocidade comercial com os países centro-americanos com os quais mantém relações e com outros países do mundo; c) de acordo com o citado art. 3º, entre 1972/3 Honduras firma uma série de tratados com a Nicarágua, Guatemala e Costa Rica. Por estes acordos comerciais muito simples, ambas as partes concedem-se mutuamente livre-comércio para uma lista de bens.

Honduras, que ocupava o segundo lugar nas importações da área, baixou ao último lugar. Em exportações, detinha o penúltimo e desceu também ao último.

El Salvador mantinha relação mais estreita com os países do MCCA. Nas importações da área ocupava o primeiro lugar, tendo passado ao segundo em 1974. Nas exportações ocupou o primeiro lugar e, após diminuir as percentagens em 1974, voltou aos antigos níveis.

No setor agrícola, o conflito prejudicou principalmente Honduras, e, no setor industrial, El Salvador, já que 79,8% de sua produção manufatureira destinavam-se a esse mercado.

Atualmente, o comércio do MCCA se desenvolve dentro de um padrão multilateral para quatro países: El Salvador, Guatemala, Costa Rica e Nicarágua, e bilateralmente quanto às relações de Honduras com os três países com os quais mantém relações.

Tentaram-se todos os meios para restabelecer o MCCA. Neste particular, devem ser mencionados os esforços da Comissão de Aperfeiçoamento e Reestruturação do MCCA (1972); Comitê de Alto Nível (1973); Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca) e Comité de Cooperação Econômica (CCE) do istmo centro-americano. Estes organismos elaboraram um projeto de Comunidade Econômica e Social para os cinco países, em substituição ao MCCA. Este projeto espera a aprovação dos governos.

Nós acreditamos não ser possível falar de comunidade, enquanto dois estados não mantêm relações.

Quanto às perspectivas de integração na área, convém citar algumas opiniões.

A hipótese de Hodara consiste em que, embora a crise de 1969 possa ser explicada com base em diversas características adotadas pelo esque-

ma de integração, o estancamento responde melhor a uma crise verificada nos países signatários e que se denomina *internalização*.[41]

O presidente da Guatemala, Gen. Kjell Eugenio Laugerud García, em outubro de 1975, disse: "O processo de integração econômica muitas vezes apresenta uma imagem de êxito, do ponto de vista global do crescimento econômico, bem como do comércio intrazonal. Mas, infelizmente, não pode mostrar igual imagem de desenvolvimento social e de participação das camadas populares. É evidente que existem insatisfações na população... subestimação do desenvolvimento agrícola, malversação dos recursos internos e falta de coerência entre os planos de desenvolvimento de cada país e o programa de integração econômica."[42]

Resumindo, achamos conveniente destacar que a integração econômica da área só poderá ser alcançada plenamente quando forem solucionados os problemas estruturais dos países-membros.

2.4 Conclusões

Desde 1969 tentaram-se todos os meios diplomáticos para restabelecer as relações entre os dois países.

Um dos problemas sem solução é o que se refere à delimitação das fronteiras entre ambos os países. El Salvador insiste no art. 8º da Constituição, que diz: "O território da República dentro de seus atuais limites é irredutível..." Este artigo não tem relação com o art. 10 da mesma Constituição, que diz: "Sendo El Salvador uma parte da nação centro-americana, é obrigada a propiciar a reconstrução total ou parcial da República da América Central."[43] Considerando o futuro da reconstrução da República da América Central, as fronteiras nacionais não teriam o valor clássico que lhe atribui o art. 8º da Constituição.

Um segundo aspecto a considerar é o que se refere aos meios de solução pacíficos. Na XIII Reunião de Consulta (Washington, 23 a 30 de junho de 1969), havia sido estabelecido que, num prazo de dois meses, os dois países deviam recorrer ao Tratado Americano de Soluções Pacíficas do qual ambos são partes. Por este tratado, também conhecido como Pacto de Bogotá, podem recorrer à pesquisa, conciliação, arbitragem e, finalmente, podem apelar à Corte Internacional de Justiça, admitindo, nesse caso, seu caráter obrigatório. Os Estados conflitantes não cumpriram esta resolução da OEA.

Em 24 de novembro de 1973, El Salvador denuncia o Tasp, que deixou de ter vigência para esse país em 24 de novembro de 1974, de acordo com o art. 56.

41 Hodara, Joseph, Centroamérica: la crisis de la internalización. *Comercio Exterior*, México, p. 195, feb. 1976.

42 Reunión de presidentes de Centroamérica y Panamá. *Boletín de la Integración*, Buenos Aires, 119/120:605, nov./dec. 1975.

43 *Constitución política de la República de El Salvador. 1962*. San Salvador, Ministerio do Interrior, 1965. p. 4.

É sugestivo o fato da denúncia quando existiam negociações com Honduras.

A denúncia do Tasp é um fato negativo, pois impede recorrer a uma instância alheia às partes em conflito.

O terceiro aspecto relevante deste assunto é o encontro dos chanceleres dos países, realizado em Nova Orleans, de 13 a 15 de maio de 1976. Nele observam-se dois resultados positivos: a) renúncia às reclamações recíprocas por conceito de danos e prejuízos que ambos os Estados pudesem considerar como conseqüência da guerra de 1969; b) conveniência de acelerar os trâmites dos respectivos países para ratificar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, firmada em São José da Costa Rica, em 1969.[44]

3. *Guerra e paz — 1976*

O presidente de El Salvador, Cel. Arturo Armando Molina, declarou, em 30 de dezembro de 1975, que esperava que 1976 fosse o ano da consolidação da paz entre Honduras e El Salvador.

Realmente, em 1976 tudo parecia tender para um acordo definitivo: freqüência de reuniões de cúpula na área, entre os dois países, chefes de estados-maiores, ministros, insistência no projeto de Comunidade Econômica e Social etc.

Em 14 de julho de 1976, as agências noticiosas informavam que tropas hondurenhas atacaram com armas automáticas e morteiros, povoações fronteiriças de El Salvador, a 70km da capital federal. Este incidente ocorreu a 13 de julho, às 22h, deixando como saldo dois soldados salvadorenhos mortos e três civis feridos. Alguns moradores desta região fronteiriça acreditam que o ataque hondurenho pode ter sido por vingança, já que a 14 de julho completam-se 7 anos do embate de 1969 (San Salvador-15-U.P.).

Dez dias após, um despacho proveniente de Honduras dá conta de que forças salvadorenhas haviam atacado território desse país com morteiros de 120mm, arma utilizada pela primeira vez na América Central.[45]

Em 23 de julho de 1976, os dois chefes dos estados-maiores, Cel. Armando Leónicas Rojas, de El Salvador, e Oscar Elvir Sierra, de Honduras, firmaram um documento pelo qual concordaram em cessar as hostilidades.[46]

[44] Este foi o quinto encontro. Os anteriores se realizaram em Tegucigalpa, San José, Miami, México e Nova Orleans (El Salvador-Honduras: progresan las negociaciones) *Integración Latinoamericana*, Buenos Aires, p. 58, jul. 1976.

[45] Honduras y El Salvador al borde de otra guerra. *La Prensa*, Buenos Aires. 24 jul. 1976. p. 2.

[46] Cuando la guerra parecía inevitable pactaron Honduras y El Salvador. *Clarín*, Buenos Aires, 23 jul. 1976. p. 17.

Em fins de julho, o conflito chega à OEA.[47] Por solicitação do governo de Honduras, é convocada a Comissão Especial da XIII Reunião de Consulta, para examinar a situação e a designação requerida pelo citado governo de uma missão de observadores militares da OEA, que se encarregara da vigilância das condições de pacificação estabelecidas pelos dois países em conflito, no Acordo de San José de Costa Rica, em 4 de junho de 1970. Por este acordo, firmado pelos cinco países da área, estabelece-se uma zona de segurança na fronteira, sob a supervisão de observadores da OEA. O Brigadeiro Emilio E. Neme, da Argentina, foi nomeado chefe do grupo de observadores.

Na reunião da Comissão Especial, realizada em Washington, decidiu-se a designação de um grupo de 28 observadores militares, procedentes de diferentes países da OEA, sob o comando do Gen. Luis Maria Miró, da Argentina, que assumiu suas funções no dia 3 de agosto de 1976. Esse grupo de observadores, para cumprir sua missão, contou com o apoio de quatro helicópteros e um avião, com suas tripulações e pessoal de manutenção.

Uma das primeiras medidas do Gen. Miró foi estabelecer contato com os chefes de estados-maiores dos países conflitantes e, aproveitando a proposta de mediação do presidente da Nicarágua, realizou-se uma reunião dos observadores militares da OEA e dos chefes de estado-maior de El Salvador e Honduras, em Manágua, Nicarágua. Nestas reuniões, logra-se um acordo final, Ata de Manágua, firmado por ambas as partes, estabelecendo-se a criação de uma zona desmilitarizada de 3km de largura de cada lado da linha fronteiriça, nas cinco zonas de conflito, a realização de um censo da população permanente de tais zonas, tudo sob o controle dos observadores militares. Também ficou estabelecido o acordo de realizar gestões de natureza jurídica, a fim de encontrar solução definitiva para o problema da delimitação geográfica das zonas de conflito.

A Ata de Manágua entrou em vigor num sábado, 14 de agosto de 1976, às 12h. Até essa data as despesas foram pagas com fundos especiais da OEA para situações de emergência (US$ 275 mil). Posteriormente, ambos os países assumiram a responsabilidade de tais gastos, em partes iguais, por considerarem ser de seu interesse a continuidade da presença dos observadores militares da OEA em suas funções.

Em vista do Acordo de Manágua, ratificado por ambos os governos, reduziu-se o número de observadores para 11, suprimindo-se paulatinamente os helicópteros e o avião a seu serviço.

A 19 de agosto de 1976, o Gen. Miró deu por encerrado seu trabalho à frente do grupo de observadores militares dos seguintes países: Argentina, Chile, Equador, EUA, Guatemala, Nicarágua, República Domini-

[47] Informação fornecida pelo Chefe de Gabinete do Escritório do Secretário-Geral da OEA, Marcelo Huergo.

cana e Venezuela. Ficou como chefe do grupo o Cel. Alberto Pinila, da Venezuela.[48]

A redução foi progressiva até 9 de setembro, data em que permaneceram 11 observadores militares, contando com a assistência das forças armadas dos dois países.

O feito que abre uma grande perspectiva para a consecução de um acordo definitivo de paz entre os dois países verifica-se em Washington, de 9 a 11 de setembro de 1976. Contando com a presença, como moderador, do secretário-geral da OEA, Alejandro Orfila, reúnem-se os chanceleres dos dois países, Maurício Borgonovo, de El Salvador, e Roberto Palma Galvez, de Honduras.

O comunicado conjunto declara que concordaram com um texto visando a adotar um procedimento de mediação, a fim de solucionar as diferenças que ainda separam seus povos.

Ademais, as partes prosseguirão negociando diretamente todas as questões que foram objeto das sete resoluções aprovadas pela XIII Reunião de Consulta.

Ao expor a conveniência de nomear um mediador para as novas negociações, o comunicado assinala que "será escolhido de comum acordo, de uma lista de quatro juristas de língua espanhola, de reconhecida honorabilidade e capacidade". Quanto à incumbência do mediador, o comunicado declara que assistirá às partes "no ajuste de suas controvérsias, sempre que as citadas partes não lograrem um acordo por si mesmas. O mediador deverá sugerir as soluções que, a seu juízo, sejam mais convenientes". Os objetivos das negociações e a mediação em si são assinar "um tratado geral que dê fim, de forma pacífica, às diferenças a que se fez menção, e obter os avanços conseguidos e os acordos estabelecidos, em princípio, pelas partes por meio de negociação direta, a fim de que possam ser eficazmente impulsionados".

O texto deste acordo será submetido à consideração dos governos de Honduras e El Salvador e tem-se como certo que contará com a aprovação de ambos.[49]

Acreditamos que, finalmente, e em conseqüência do conflito, os dois países tenham encontrado um meio adequado (mediação) para lograr o objetivo, que deve ser a paz entre os dois países.

Além disto, devem ser superadas ainda as causas subjacentes, de acordo com a terminologia da OEA, que provocam estes conflitos.

[48] Terminó la misión del Gral. Miró en la OEA. *La Nación*, Buenos Aires, 19 ago. 1976. p. 2.

[49] Hubo acuerdos entre Honduras y El Salvador. *La Capital*, Rosario, 11 set. 1976. p. 1.